



**CRISE ESTRUTURAL E “NOVO DESENVOLVIMENTISMO” NO BRASIL -  
EXPRESSÕES RURAIS-URBANAS: implicações à pobreza e  
as desigualdades sociais**

**Maria das Graças Osório P. Lustosa<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

Este ensaio tem como objeto discutir as atuais tendências do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil com foco à crise do sistema produtivo, seus rebatimentos no mundo do trabalho e da produção, em suas expressões ruraisurbanas. Confrontam-se essas determinações à luz do ideário do “novo desenvolvimentismo”, nos marcos do ajuste estrutural em busca dos sentidos das relações sociais e de produção e suas implicações nos níveis de pobreza e desigualdades na periferia do capital.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento, Trabalho, Pobreza, Desigualdades

**ABSTRACT:**

This essay is to discuss current trends object model of development adopted in Brazil with a focus on the production system crisis, its repercussions in the world of work and production in rural-urban expressions. Confronted these determinations in light of the ideas of "developmentalism", within the framework of structural adjustment in search of meanings and social relations of production and its implications on the levels of poverty and inequality on the outskirts of the capital.

**Keywords:** Development, Labour, Poverty, Inequality

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mariagracas@terra.com.br



## 1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, nas três últimas décadas iniciadas pelo governo Fernando Collor de Mello, passando por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, salvo diferenças, os novos imperativos forjados pela ordem capitalista no contexto macrossocietário forjaram mudanças nas formas de regulação das relações sociais, no papel do Estado, com expressões no mundo do trabalho da produção, cujo ciclo de desenvolvimento coloca desafios ao pensamento social, nessa nova divisão nacional e internacional do trabalho.

Desde os anos de 1980, no âmbito da economia política, o ajuste estrutural em curso na América Latina e no Brasil, contribuiu à intensificação das exigências dos países centrais que requisitam a criação de excedentes por parte dos países pobres, destinados ao pagamento da dívida externa e apropriados pelo capital internacional (DOS SANTOS, 2000:109-110). Nesse contexto econômico o Brasil optou por liberalizar o comércio de mercadorias e a desregulamentação dos mercados<sup>2</sup>. Isso implicou na redução das tarifas de importação e da eliminação do crédito agrícola, promovendo um total desmonte dos instrumentos de política de abastecimento em diversos setores da economia e relações comerciais: estoques, preços, equipamentos<sup>3</sup>.

Esses ajustes sinalizaram à flexibilização e expansão dos capitais financeiros externos, com vistas à exponenciação dos investimentos, com novas preocupações com a lógica da produção e à garantia da segurança alimentar. As novas tendências desse ciclo de desenvolvimento econômico são criticadas pelas propostas evasivas do “novo

---

<sup>2</sup> A complexidade desses acontecimentos foi explicitada na Conferência Mundial dos Alimentos, realizada no período de 03 a 05 de junho de 2008, contando com a participação de 181 países que se reuniram em Roma (entre eles 43 chefes de Estado e de Governo e mais de 100 Ministros) para participar da Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, na qual mais de 5000 pessoas assistiram esse evento que teve como foco principal a crise alimentar no âmbito do desenvolvimento mundial.

<sup>3</sup> Conforme relato do Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Renato S. Maluf. “Crise de Alimentos e Crise de Modelo”. Disponível em [ascom@consea.planalto.gov.br](mailto:ascom@consea.planalto.gov.br) Extraído em 29 de maio de 2008.



desenvolvimentismo”, apoiado num padrão de regulação econômica que considera “a política industrial” como “subsidiária ou secundária”, (GONÇALVES, 2012: p.660). Como diz Gonçalves: “[...] a política macroeconômica é mais importante do que a política industrial e as outras políticas estruturantes”. (Idem, op. cit.). Identifica-se que entre os anos “de 2004 a 2010 a classe trabalhadora viveu uma reconfiguração do mundo do trabalho em que a indústria perdeu peso e o agronegócio, de baixa incorporação tecnológica e laboral, ganhou força” (TRASPADINI, 2013). A secundarização de setores da indústria resultou na estagnação da produção, se confirma quando se observa as alterações na economia quanto à formação do Produto Interno Bruto - PIB<sup>4</sup>.

Este cresceu apenas 0,2 no primeiro trimestre de 2012 em relação aos anos anteriores, revelando aspectos da crise estrutural do capital. No atual contexto o PIB<sup>5</sup> tem sido objeto de atenção no Brasil, pelo movimento inverso da relação entre a produção e o consumo, em que o desequilíbrio entre as taxas de crescimento pela produção resulta em queda e desaceleração da indústria.

O crescimento da indústria de transformação no país tem tido resultados negativos. Em 2011, cresceu apenas 1,6%, fruto da falta de investimento que caiu de 21,3% em 2010 para 4,75 em 2011<sup>6</sup>. A produção na indústria caiu para 0,1% e a agropecuária caiu - 8,5 %, com impactos negativos à força de trabalho. Curiosamente, emerge um debate em que “[...] economistas do mundo inteiro apontam falhas na utilização do PIB enquanto parâmetro à medição da riqueza e do bem estar da população”. (Nóbrega, 2011, p.14) para seus idealizadores “o PIB mede a produção, mas não mede a renda acumulada”. A análise da pobreza parece dissociada da renda, com

<sup>4</sup> “Produto Interno Bruto – PIB é o conjunto da produção de bens e serviços num país durante um ano, contando inclusive a arrecadação de impostos sobre a produção. A coleta é feita em três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços”. RIBEIRO, Fabiana, BATISTA Henrique G., SPITZ, Clarice SCRIVANO Roberta e OSWALD Vivian. O PIB patina (de novo). Investimento em queda e arrocho fiscal fazem país estagnar, já sob efeito da crise global. O Globo. Caderno Economia. R.J. 2/06/2012. p. 25-29.

<sup>5</sup> Ribeiro, F. Batista, H. Gomes, SPITZ Clarice. (2011, setembro 03) “Consumo alto, indústria parada”. Jornal O Globo. R.J.. Caderno Economia. Páginas, 29-30. “O PIB é o conjunto da produção de bens e serviços num país durante o ano, contando inclusive coma arrecadação de impostos sobre a produção”. A coleta é feita em três grandes setores; agropecuária, indústria e serviços. Esses dados mostram o nível de consumo efetuado nos níveis: família, governo, investimento da indústria e construção civil, exportações e importações.

<sup>6</sup> Batista, Luciene H.G, Rodrigues, L. Ribeiro Fabiana e Carneiro. (2012, março 07) Do Pibão ao Pibinho Indústria já recua há nove meses. IBGE Jornal O Globo. R.J, Caderno Economia. P. 25-27.



prioridade a temas como, meio ambiente, sustentabilidade, bases teóricas que colocam em questão<sup>7</sup> as bases objetivas, materiais, por parâmetros abstratos.

## 2 – DESENVOLVIMENTO

Este ensaio propõe discutir os efeitos das transformações capitalistas sobre o mundo do trabalho e da produção, frente à crise do sistema produtivo, com destaque às contribuições do novo desenvolvimentismo no combate a pobreza e as desigualdades sociais e regionais em países como o Brasil. Considera-se que sob o ângulo das relações entre o Estado e o mercado, nos anos de 1990 surgiram novas orientações econômicas e políticas preconizadas pelo receituário neoliberal, que levaram “(...) o Estado a uma ressignificação de suas relações com os capitais privados”, (LUSTOSA, apud Sallum, 1945-2000:433), resultado dos acordos entre o governo brasileiro e as agências financeiras internacionais Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI.

Nesse contexto histórico a redução do papel do Estado em certos setores da economia, a criação de medidas por parte dos governos, em especial, de Fernando Henrique Cardoso, protagonizaram a concessão de “(...) tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro”<sup>8</sup>. O problema é que “(...) as políticas de liberalização da economia desarticularam os centros internos de decisões, deixando os países à mercê dos capitais internacionais”. (SAMPAIO JR, 2011:36). O desmonte do “caráter público do Estado” (Idem) na área social redesenhou um novo cenário assustador aos trabalhadores

<sup>7</sup> A autora adverte para a substituição do PIB como parâmetro de análise da pobreza, lembrando que está surgindo a alternativa, o índice chamado FIB, Felicidade Interna Bruta, de origem de país budista, o Butão. Que utiliza para avaliar o bem-estar dos cidadãos. Revista Razão Social (2012 janeiro 31) O Globo. pp 14-15.

<sup>8</sup> Nesse período foram aprovados os seguintes projetos de reforma constitucional: a) “o fim da discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás antes detido pela Petrobrás, que se tornou concessionária do Estado (pequenas regalias em relação à outras concessionárias privadas; c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações ( telefone fixo, móvel, satélites etc) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões);d) regulamentação das concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, já autorizadas pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc) e aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados no GATT.” SALLUM, idem, p. 433-444.



da cidade e do campo, criando impactos econômicos, produtivos e financeiros à realidade de países da periferia do capital, como o Brasil.

A secundarização da produção combinada à intensificação da política financeira macroeconômica, amparada nos fundamentos da acumulação: “câmbio flexível, política monetária e superávit primário”, (GONÇALVES, Idem, p. 660), em tempos de “neoliberalização” e de acumulação financeira consolidam o clássico “padrão de crescimento econômico”, cujas contradições nas relações capital-trabalho - encontra obstáculos à realização dos fundamentos econômicos no e pelo comprometimento por ele criado, que faz com que se reponha por outras bases reprodutivas, a esfera da produção<sup>9</sup>

O caráter contraditório dessas tendências requer a criação de meios de amenização à pobreza estrutural, via políticas assistencialistas, quando as reformas macro-societárias contra-arrestavam às condições impostas pela ordem do capital nesse estágio de “acumulação flexível” (Harvey, 1999, p.156). Tais propósitos respondem ao “rigor das políticas monetárias, a redução das funções do Estado por meio das privatizações e a diminuição de suas despesas, o pagamento regular da dívida externa”, cujo modelo neoliberal ao fim e ao cabo, “(...) correspondiam à política mundial de restabelecimento da taxa de acumulação do capital”. (p. Idem) .

Na agricultura, a dominação da produção do agronegócio, mostra que “dos 17 bilhões de dólares exportados de soja, 64,5% foram em grãos e dos 12 bilhões de dólares do açúcar, apenas 29% se refere ao refino” (TRASPADINI, idem, 2013). Só em 2009 a agroindústria teve um recuo com resultados negativos de 4,95 e em 2008 de 1,7% segundo o IBGE. A queda de investimentos em máquinas e equipamentos chegou a 28,7 %. Dos 26 setores da indústria apresentaram queda em setores da produção de 77%. Desde 1975, o IBGE começou a fazer uma série histórica de indicadores da indústria, a produção industrial brasileira despencou 13,4% entre janeiro e junho deste ano (2009), no pior 1º semestre em 34 anos. “Estudos mostram que entre 2007 e 2010 a participação das

<sup>9</sup> Francisco de Oliveira amplia essa discussão mostrando as condições adotadas pelo Estado capitalista no Brasil, nas décadas de 60/70, quando do enfrentamento das “crises de realização” no que concerne aos interesses das classes trabalhadoras em geral e dos “estratos de renda alta”, em que nos dois casos, o aumento dos subsídios às exportações de mercadorias com subsídios para resolver as “(...) crises dos setores tradicionais é uma forma disfarçada de inflação necessária para manter a reprodução ampliada”. P. 114-16. Ou seja, a garantia da taxa de lucro do sistema é feita através de empréstimos em moedas financeiras em detrimento dos excedentes pela via da produção.



commodities primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais (41% para 51%), depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos 1990”<sup>10</sup>. Quanto às condições do trabalho na agricultura, o recuo de investimentos na produção reitera que este foi o setor que mais demitiu, com o fechamento de 15,3 mil vagas, enquanto na indústria, segundo dados do IBGE o emprego teve uma queda de 0,6% a maior desde outubro de 2003 (0,7%)<sup>11</sup>.

Uma dessas expressões foi o aumento no preço de alimentos como arroz, milho feijão, etc, hoje registrado pelos órgãos do governo<sup>12</sup>, embora a demanda por alimentos seja atribuída ao aumento do poder de compra dos segmentos pobres, e não se restrinja à realidade do Brasil, visto que atinge países emergentes como China, Índia e Brasil. Esses “recuos” são destaque internacional de nações ricas, além da crise dos alimentos, altos níveis desemprego estrutural e miséria.

No Brasil, as oscilações nas taxas de desemprego segundo o IBGE em junho de 2010 o desemprego no Brasil alcançava uma média de 7,0%, enquanto em julho de 2011 atinge o nível de 6,0%, a menor desde julho de 2002.<sup>13</sup> Segundo o DIEESE a taxa de desemprego ficou em 13,9%<sup>14</sup>. A secundarização da sociabilidade criada pelo trabalho, na “economia política da desigualdade” e os avanços das forças produtivas resultaram em desemprego, trabalho precarizado, informal, temporário, pobreza e desigualdades sociais. Relatório do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra que o Brasil tem o terceiro pior índice de distribuição de renda do mundo. Como diz Netto, “em média, para cada dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja, os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os pobres”. (NETTO, 2007 Apud Pochmann).

<sup>10</sup>Extraído pela internet – em 11/04/2013. Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia0/65110-reprimizacao-das-exportacoes-e-fato.shtm>

<sup>11</sup>LUSTOSA, Maria das Graças O.P. et all. 2010, p. 03.

<sup>12</sup>Segundo o Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Renato Maluf, no ano de 2008 o DIEESE registrou aumento do custo da cesta básica em 16 capitais chegando, por exemplo, nos últimos 12 meses, a 29,79% em Belo Horizonte, em Fortaleza o aumento foi de 19,25 % de janeiro a abril do mesmo ano. Em São Paulo a FIPE mostrou inflação de 4,51% e aumento de 12% nos preços dos alimentos, sendo que o óleo de soja teve aumento de 62,8%. Disponível no site [ascom@consea.planalto.gov.br](mailto:ascom@consea.planalto.gov.br) extraído em maio de 2008.

<sup>13</sup>Camaroti, Gerson, Batista, G.Henrique. (2011, setembro 02). Guinada na Política econômica. IBGE apresentados no Jornal O Globo. R.J. Caderno Economia. p. 23.

<sup>14</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) Extraído em 30 de outubro. IBGE@.org.br



Harvey, (2008) observa as transformações do capitalismo contemporâneo” e afirma que à década de 1990 tinha tendências de ascensão de uma nova “(...) da informação” que “(...) representava uma infeliz tendência do afastamento da produção e da formação de infraestruturas para linhas para financialização do mercado que constituía o selo da neoliberalização. (p.170) Essas “tecnologias do neoliberalismo (...) da informação bem mais útil às atividades especulativas e para maximizar (...) os contratos no mercado de curto prazo, do que a produção”. (LUSTOSA, 2010, p. 197 apud Harvey). No Brasil, dados do Ministério do Trabalho em 2011 mostram um aumento de contratos nos setores de comércio, 107. 920 e no de serviços, 53.999 contra um número significativo de demissões, e a agricultura sai na frente. Na indústria o número negativo de menos - 54.306 demissões, e em segundo lugar a agricultura com menos – 42.297 demissões<sup>15</sup>. Essa crise estrutural do capital tem rebatimentos na indústria de transformação cujas bases de exploração de lucro e mais valia, a produção aparece secundarizada de interesses de acumulação”<sup>16</sup>.

Desde os anos de 1990 predominava na circulação da produção dos países da periferia a condição de exportadores de matéria-prima. Tal processo revela novos rumos, um período em que as importações cresceram significativamente, na faixa de 60% enquanto as exportações atingem um pouco mais de 20%<sup>17</sup>. Em 2011 os incentivos ao crescimento expressivo das importações, através da dispensa de cobrança do ICMS - impostos sobre a circulação de mercadorias, tributo este, eliminado em determinadas áreas. Estados brasileiros liberaram impostos para ampliarem as importações, emergindo a guerra fiscal diante do pagamento de tributos com vantagens ao capital estrangeiro<sup>18</sup>. A intensificação da concorrência frente aos preços mais baixos oferecidos em relação aos

<sup>15</sup>Tavares, Mônica. (2011 dezembro 21 “ Crise em alta, emprego em baixa. País teve apenas 42.735 vagas com carteira assinada abertas em novembro, o pior mês desde 2008”. Caged/TEM e Banco Central. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, P. 29-30

<sup>16</sup> LUSTOSA, 2005:174 apoiada em BELLIK e PAULILO:1999 e Apud DELGADO mostra que essas mudanças nas relações comerciais ocorrem com a abertura do mercado brasileiro às importações comerciais, decorrendo também, a “restauração do livre cambismo sob a égide dos preços nacionais e internacionais de commodities”.

<sup>17</sup> Informações obtidas por notícias da imprensa televisiva.

<sup>18</sup> Empresas internacionais se instalaram em certos Estados brasileiros, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, ficando isentas do pagamento de impostos à importação de suas mercadorias. Estados como Pernambuco, Paraná, Espírito Santo as importações cresceram de US\$ 9,8 bilhões em 2005 para US\$ 34 bilhões em 2010.



produtos nacionais trouxeram prejuízos à indústria nacional<sup>19</sup> e aos trabalhadores internos. O maior crescimento das importações ocorreu no Ceará com 76,16% ou US\$ 2,1 bilhões e Pernambuco com 65,17 % ou US\$ 3,3 bilhões<sup>20</sup> Nesse ápice do “novo desenvolvimentismo”, a estreita relação entre o Estado e mercado legitimam o modelo “[...] Liberal periférico” caracterizado pela “liberalização, privatização e desregulação” (GONÇALVES, Idem p. 662), estruturado na “[...] liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira” (Idem, op. cit). As “(...) instituições de mercados livres e de livre comércio,” ajudaram na remoção de “(..) todas as barreiras ao livre movimento” cujos “(...) movimentos de mercadorias e de capital entregues ao mercado global” e a “(..) competição internacional(...)” vistos como saudáveis à agenda neoliberal. (HARVEY, 2008, Idem: 75-6).

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a intensificação dos ganhos pela “especulação financeira” combinada à “crise da produção”, cuja interferência do Estado social, não elimina a pobreza, como diz Mészáros, “é uma ilusão esperar esse milagre pela via do Estado”. (LUSTOSA, 2012, Apud Mészáros, p. 8) A “secundarização da produção”, é fruto das relações sociais circunscritas na lógica de “distribuição” da riqueza socialmente produzida, cuja subalternidade articula-se à “financeirização da economia” nesse ciclo de “acumulação flexível” Harvey (1999, p.149). Portanto, a “crise do sistema produtivo”, tem no desemprego estrutural uma das expressões tanto em países capitalistas centrais como os da periferia como o Brasil. Segundo dados da OIT, só nos países do G20 (grupo das

<sup>19</sup> OLIVEIRA, E e BECK, M. Jornal O Globo. Caderno Economia. “Estados Turbinam Exportações. 18 unidades da Federação cortam ICMS para atrair empresas e preço de importados cai até 40%”. Publicado em 13 de fevereiro de 2011. p. 29. Segundo os autores, “[...] um levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP com as importações dos principais portos de estados que dão incentivos de ICMS diz que as operações nesses terminais saltaram até 600%, caso da SUAPE (Pe) onde as compras do exterior subiram de US\$ 500 milhões em 2005 para US\$ 3,5 bilhões em 2010. [...] os portos de Itajaí e São Francisco do Sul (SC), Suape, Paranaguá (PR) e Vitória (ES), as importações cresceram de US\$ 9,8 bilhões em 2005 para US\$ 34 bilhões em 2010, ou seja 247%. As compras globais do Brasil no exterior subiram 146,8 % para US\$ 181 bilhões. Se um produto fabricado em São Paulo é

<sup>20</sup> OLIVEIRA, E e BECK, M. Jornal O Globo. Caderno Economia. “Estados Turbinam Exportações”.



20 maiores economias do mundo, do qual o Brasil faz parte) há mais de 17,7 milhões de jovens entre 15 e 25 anos sem emprego<sup>21</sup>.

Os avanços das forças produtivas aumentaram as oportunidades de produção e circulação das mercadorias, frutos da liberalização e maior abertura dos mercados, como diz Sampaio Jr, (2010) “os deslocamentos econômicos e políticos” advindos “desse novo padrão de desenvolvimento capitalista” resultaram em crises, não apenas na capacidade do “(...) Estado nacional de estabelecer limites à atuação do capital” (Idem). Tais desmontes acenam tendências de países como o Brasil permanecer como produtores de matérias – primas, frente a concorrência entre as sociedades mundializadas, voltados à “velha característica da especialização em culturas de baixo desenvolvimento tecnológico”. (tributado em 12% do ICMS, a mesma mercadoria importada em portos catarinenses tem o ICMS reduzido para 3%).

Essa “reprimarização da economia”, para organizações sociais dos trabalhadores é um modelo “baseado na produção e exportação de commodities agrícolas e não agrícolas (mineração), incapaz de financiar um desenvolvimento sustentável(...)”<sup>21</sup> . Por fim, a economia do país cresceu 2,7 % em 2011 contra 7,5 % em 2010. Apesar do crescimento da agropecuária em 2011 de 3,9 %, ela contribui apenas com 5,5% da economia brasileira, e o setor de serviços avançou em 2,7%.

#### 4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 112, S.P, Cortez, 2012.

LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo. Fase superior do capitalismo. Tradução Olinto Beckerman. 4 Ed. S. Paulo: Global, 1987.

LUSTOSA, Maria das Graças O. P. Reforma Agrária à Brasileira: Política Social e Pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_ et all., Assistencialização e Pobreza no Brasil: A Dimensão Sócio-Política dos Programas de Transferência de Renda – Breves Reflexões. Artigo Publicado nos Anais do XIII AS, Brasília, julho/ 2010.

<sup>21</sup> Extraído pela Internet, dia 11/04/2013 Internet Agência Brasil. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/desemprego-na-america-latina>.



MARX Karl, Introdução à Economia Política. Coleção os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo: 1983

NETTO, José Paulo. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. In: Dossiê: Serviço Social na América Latina. Em Pauta: teoria Social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA Francisco. Crítica à Razão Dualista, Ed. Boitempo, S.P, 2003.

SALLUM, Brasília. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial.

Viagem Incompleta, RJ. SENAC, 2000.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: Encruzilhadas da América Latina no Século XXI. Rodrigo castelo (Org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_ Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 112, S.P, Cortez, 2012.

OLIVEIRA Eliane e BECK M. Estados Turbinam importações. Economia. Jornal O Globo. R.J.13/02/2011

Ribeiro, F. Batista, H. Gomes, SPITZ Clarice. (2011, setembro 03) "Consumo alto, indústria arada".

Jornal O Globo. R.J.. Caderno Economia. Páginas, 29-30

RIBEIRO, Fabiana, BATISTA Henrique G., SPITZ, Clarice SCRIVANO Roberta e OSWALD Vivian. O PIB patina (de novo). Investimento em queda e arrocho fiscal fazem país estagnar, já sob efeito da crise global. O Globo. Caderno Economia. R.J. 2/06/2012. p. 25-29. Disponível em [com@consea.planalto.gov.br](mailto:com@consea.planalto.gov.br) Extraído em 29 de maio de 2008.

Tavares, Mônica. (2011 dezembro 21). "Crise em alta, emprego em baixa. País teve apenas 42.735. Jornal

O Globo. Rio de Janeiro, P. 29-30.

21TRANSPADINI, R. Extraído pela internet 11/04/2013. Disponível